

# Informe FUP

28.03.2012

---

## **FUP cobra na Justiça fim das atividades da Chevron e Transocean no Brasil**

A FUP entrou com uma Ação Civil Pública na 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro cobrando o cancelamento dos contratos de concessão de exploração e produção de petróleo e gás natural da Chevron e a proibição da atuação da Transocean no Brasil. A ação também cobra que ambas as empresas indenizem o Estado Brasileiro pelos danos ambientais causados e que os prejuízos gerados à tributação do petróleo sejam ressarcidos à União, ao Estado do Rio de Janeiro e aos municípios afetados.

A ação baseia-se em uma série de questões levantadas em função dos vazamentos de petróleo causados pela Chevron desde novembro de 2011, no Campo de Frade, na Bacia de Campos. Além de minimizar o acidente, a multinacional mentiu para a sociedade e tentou culpar a Petrobrás pelo desastre ambiental causado por pura ganância e negligência da empresa.

De acordo com a legislação brasileira, as atividades de exploração e produção de petróleo precisam ser precedidas por estudos técnicos e planejamentos aprovados pela ANP. No entanto, a Chevron e a Transocean estavam utilizando no Campo de Frade equipamentos que não haviam sido autorizados pela agência. Fatos como este comprovam as inúmeras denúncias da FUP e de seus sindicatos sobre as arbitrariedades e negligências das multinacionais com as questões de segurança operacional das atividades de exploração e produção de petróleo no Brasil.

## **Ministério do Trabalho interdita análise de GLP no Terminal de Suape (PE). Transferência do produto para distribuidoras foi suspensa**

Fiscais do Ministério do Trabalho interditaram nesta quarta-feira, 28, a sala de análise de GLP do laboratório do Terminal de Suape, onde no dia 08 de março a técnica química, Maria José Dias dos Santos, sofreu um grave acidente e teve 31,5% do corpo atingidos por queimaduras de primeiro, segundo e terceiro grau. Após denúncias do Sindipetro-PE/PB, a Superintendência Regional do Trabalho de Pernambuco realizou uma fiscalização do laboratório e constatou os riscos que o sindicato vem denunciando há tempo.

Todos os equipamentos de análise de GLP foram interditados e os fiscais deram prazo até o dia 10 de abril para que a Transpetro cumpra as normas regulamentadoras das atividades em laboratório. Em função da interdição feita pelo Ministério do Trabalho, a transferência de GLP do terminal para as empresas distribuidoras está suspensa, pois não pode ser realizada sem a análise prévia do produto.

Além de ignorar as denúncias do Sindipetro sobre as condições inseguras do laboratório e de outras unidades do terminal, a Tanspetro manobrou as informações referentes ao acidente com a técnica química. Na primeira CAT emitida, consta que acidente afetou menos de 10% do corpo da trabalhadora. Após questionamento do sindicato, a empresa retificou a CAT, informando que a vítima teve entre 10% e 19% do corpo queimado, contradizendo o laudo do hospital, que atesta que a trabalhadora sofreu queimaduras em 31,5% do corpo.

## **Acidente fatal na Refinaria Abreu e Lima**

Mais um trabalhador morreu em acidente no canteiro de obras da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. O acidente foi no último dia 24, quando dois vigilantes da empresa BBC foram atropelados dentro das instalações da refinaria, que estão sendo construídas. Almir da Silva Marques, 34 anos, morreu e seu colega José Peixoto da Silva Junior foi ferido, mas não corre risco de morte. O atropelamento foi provocado por um ônibus da Astrotur, subcontratada da empresa Jaraguá, que presta serviços para o Consórcio Ipojuca Interligações, responsável pelas obras da refinaria.

O acidente reflete a insegurança e as condições precárias de trabalho na construção da Refinaria Abreu e Lima e que já foram denunciadas pelo Sindipetro-PE/PB. Apesar das subnotificações, ocorrem em média cinco acidentes por semana na refinaria, segundo o sindicato. Em setembro de 2010, o electricista Milton José da Silva, 51 anos, perdeu a vida durante um acidente na refinaria, quando sofreu uma descarga elétrica violenta e caiu de uma altura de 12 metros.

## **FUP e movimentos sociais debaterão modelo energético em seminário com participação do governo**

A FUP e as demais entidades que integram a Plataforma Operária e Camponesa para Energia irão debater com o governo federal e especialistas o modelo energético brasileiro, durante um seminário nacional que será realizado em Brasília nos dias 19 e 20 de abril. O evento é desdobramento da Mesa de Diálogos, instalada em junho do ano passado pela Secretaria Geral da Presidência da República, para discutir as reivindicações dos trabalhadores do setor energético e dos movimentos sociais (MAB, MST, CUT, FUP, FNU, Sindieletro, Sinergia, MPA).

Todas essas entidades, assim como os sindicatos da FUP, estarão presentes ao seminário, que contará também com a participação de ministros e técnicos do governo, parlamentares, especialistas, acadêmicos, entre outros representantes da sociedade civil. A FUP, MAB e FNU estarão na mesa de abertura do evento, junto com os ministros Edson Lobão (Minas e Energia), Gilberto Carvalho (Secretaria Geral da Presidência) e Isabela Teixeira (Meio Ambiente). Essa mesa abordará o principal tema do seminário: "*A energia e a estratégia de desenvolvimento para o País*".

Outras três mesas darão sequência ao debate, discutindo "*Estado e Sociedade na regulamentação da indústria energética*", "*Estado e Sociedade no planejamento e organização da indústria energética*" e "*As consequências do atual modelo para a sociedade*", que contará com a participação dos presidentes da Petrobrás, Maria das

Graças Foster, e da Eletrobrás, José da Costa Carvalho Neto, que debaterão o tema com representantes da FUP e da FNU.

## **Energia não é mercadoria!**

A Plataforma Operária e Camponesa para Energia reitera boa parte das propostas expressas no Projeto de Lei 531/2009, construído pela FUP e movimentos sociais, como a defesa do monopólio estatal do petróleo através da Petrobrás 100% pública, destinação social dos recursos gerados e a busca por tecnologias energéticas alternativas. A Plataforma também reivindica a estatização do setor elétrico, mudanças na política tarifária de energia, redução dos preços do gás de cozinha, mudanças no atual padrão de consumo e na política de financiamento público, medidas estruturantes para garantia dos direitos dos atingidos por barragens, entre outras propostas.

As condições de trabalho e segurança no setor energético também estão na pauta dos movimentos sociais e já foram tema da Mesa de Diálogos. Em dezembro passado, um seminário nacional discutiu os impactos da terceirização nas petrolíferas e nas empresas do setor elétrico, bem como os índices alarmantes de acidentes e mortes de trabalhadores.

***Direção Colegiada da FUP***